

O PLANO DE SAÚDE REUNIÃO COM O C.A. da RTP

No dia 19 de Fevereiro realizou-se mais uma reunião do STT com o C.A. sobre o novo Plano de Saúde.

Foi reafirmado, tal como consta do nosso comunicado de 18/2, que a proposta do novo Plano seria divulgada a todos os trabalhadores através da intranet, para que no espaço de um mês seja possível chegar-se a um eventual acordo que, a concretizar-se, fará parte integrante do AE.

Caso não se chegue a acordo, manter-se-á o sistema actualmente em vigor, quer quanto a comparticipações, quer quanto ao funcionamento dos postos clínicos.

O C. A. enunciou os três pressupostos que considera essenciais à implementação do novo Plano:

- Não manutenção de todas as especialidades existentes no posto clínico de Lisboa. Actualmente existem três especialidades médicas – ginecologia, pediatria e gastroenterologia – e psicologia clínica. No caso específico da psicologia clínica o CA referiu que a sua manutenção nos moldes actuais dependerá do facto de todos os sindicatos considerarem relevante para os trabalhadores a existência desta valência;
- Contribuição dos trabalhadores em relação aos membros do seu agregado familiar (a proposta refere 7€ mensais por cada membro, embora verbalmente fosse admitida a hipótese de se estabelecer um limite máximo por agregado);
- Co-pagamento das despesas de saúde na rede convencionada (o trabalhador paga a sua quota parte no acto médico) o que significa eliminar a actual conta corrente.

O C. A., no entanto, admitiu a criação de uma linha de apoio, no âmbito da acção social, para despesas médicas, a analisar caso a caso, para eventuais pagamentos faseados e/ou adiantamentos, consoante as circunstâncias específicas.

Foi também informado que a opção “livre escolha” – sistema em que o trabalhador escolhe o médico fora da rede convencionada, recebendo as comparticipações fixadas, como se verifica actualmente - implica a adesão do trabalhador ao novo Plano (a manutenção será no mínimo 2 anos). Não havendo adesão, o agregado familiar fica apenas com o acesso à clínica geral dos postos clínicos RTP/PT-ACS, mediante o pagamento 2,5 € por consulta.

Em qualquer das situações, os actuais postos clínicos continuarão a ser extensões do Serviço Nacional de Saúde.

A PALAVRA AOS TRABALHADORES

Porque a proposta contém virtualidades (maior abrangência de trabalhadores e de locais de trabalho, alargamento da rede convencionada e melhoria das comparticipações) mas também

Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual

Avenida dos Estados Unidos da América, nº 53, 15º Esq., 1700-165 Lisboa

Tel.: 213 966 652 - Fax: 213 972 545 e-mail stt.sede@mail.telepac.pt Site: www.stt.org.pt

alguns aspectos negativos (os novos e elevados encargos com os membros do agregado familiar e a dependência da “livre escolha” à adesão ao Plano) é indispensável que todos os trabalhadores, cujas perspectivas e interesses são necessariamente diferenciados, façam uma análise crítica da proposta, canalizando para o Sindicato o mais urgente possível, através de e-mail, as suas dúvidas e sugestões, a fim de se poder tomar uma posição fundada nas negociações que se vão seguir.

No caso específico de Lisboa, os trabalhadores também deverão pronunciar-se, quer quanto à prioridade das especialidades médicas, quer no que se refere à continuação da “Psicologia Clínica”, no posto clínico.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2010

A Direcção do STT